



Retrospectiva e perspectiva

Neste início de ano o Sindicato dos Jornalistas do DF tem a satisfação de apresentar um saldo positivo de suas ações no ano passado, muitas delas desenvolvidas com repercussão direta neste e nos próximos anos. Assinamos acordos coletivos expressivos como o da Empresa Brasil de Comunicação, pela primeira vez com 2% de ganho real; instituímos a participação nos lucros com o Correio Braziliense, que, por sinal, ainda pode melhorar; e consolidamos a permuta do terreno no Setor Gráfico por 24% do prédio que está sendo construído pela Brasal Incorporações. Decisão que foi aprovada pela maioria dos jornalistas sindicalizados e em dia com suas obrigações, com 85% de votos favoráveis.

O Sindicato também teve participação ativa nos principais movimentos da sociedade brasileira e brasiliense. Estivemos presentes na convocação da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), cujos resultados foram positivos e, por que não, históricos. Estamos na luta pela manutenção do diploma de jornalista e já conseguimos aprovação de duas propostas de emenda à Constituição (PEC), uma na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e outra na do Senado.

Enquanto o Poder Legislativo federal se debruça sobre nossos projetos e propostas corporativas, permanecem os desafios. Como viabilizar a regulamentação da

emissão dos registros profissionais pelo Ministério do Trabalho, por exemplo, é uma tarefa para todos os jornalistas. Devemos receber no sindicato todo jornalista que tenha obtido qualquer tipo de registro profissional? O que é ser jornalista profissional? São perguntas que queremos responder junto com a categoria. Da mesma forma, queremos avançar no debate sobre uma nova Lei de Imprensa democrática.

Outra iniciativa deste ano será abrir o debate sobre a previdência privada. Vamos debater com especialistas a proposta do Fenaj-Prev e tomar a decisão que for do interesse da maioria dos jornalistas. Outro assunto fundamental é a data-base deste ano. Em fevereiro vamos definir nossa pauta de reivindicações.

O ano de 2010 é também especial porque vamos eleger as novas diretorias da Federação Nacional

dos Jornalistas (Fenaj), do Sindicato dos Jornalistas do DF e do Clube da Imprensa. Este é o momento em que os projetos de cada um devem ser explicitados. Além disso, vamos ter também eleição para presidente da República e governador do DF, deputados e senadores.

Vale reesaltar que estamos, como a maioria da população do DF, indignados com os escândalos políticos que envolvem o GDF e a Câmara Legislativa, o governador José Roberto Arruda, seu vice Paulo Octávio e muitos deputados distritais.

Portanto, são muitas as nossas responsabilidades. Ninguém deve desprezar seu voto porque é apenas um. Juntos, seremos autores das mudanças que defendemos particularmente em casa, nas reuniões com amigos e no trabalho.

Romário Schettino, presidente

PRA TUDO EXISTE UMA EXPLICAÇÃO

É MUITO SIMPLES,
MINHA GENTE...
ESSAS IMAGENS
SÃO DO TEMPO EM
QUE EU ERA CORRUPTO.
AGORA NÃO SOU MAIS...



Diploma

Sindicato pede critérios para concessão de registro ao MTE

O Sindicato dos Jornalistas do DF enviou ofício ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) solicitando atenção do ministro Carlos Lupi para a necessidade de se definir critérios claros e objetivos para a emissão do registro profissional de jornalista para aqueles que não possuem diploma.

O parecer jurídico do MTE nº 485/2009 reconhece que o Ministério do Trabalho não pode, de imediato, exigir diploma para conceder registro profissional em função da decisão do Supremo Tribunal Federal.

O MTE entende que a decisão do STF não eliminou o registro, mas não estabeleceu critérios para sua concessão. Diante desse vácuo, o Sindicato propõe ao ministro que estenda a sistemática de ouvir a entidade sindical para todas as funções previstas na lei 972/69, da mesma forma que é feita para os registros de repórter-cinematográfico, repórter-fotográfico, diagramador e ilustrador.

Dessa forma, acredita o Sindicato, a luta pela aprovação das Propostas de Emenda à Constituição (PEC), que tramitam na Câmara e no Senado, continua sem prejuízo do funcionamento dos sindicatos e de controle do exercício profissional.

PECs – Enquanto isso, o ano de 2010 começa com duas importantes decisões que contribuem para o fortalecimento do movimento pela valorização da formação acadêmica para o exercício da profissão. A exigência de diploma para o exercício de funções jornalísticas no Executivo e Legislativo de Belo Horizonte agora é Lei.

Em Belo Horizonte, foi sancionado no dia 20 de janeiro o Projeto de Lei nº 667/09, de autoria dos vereadores Adriano Ventura (PT) e Luzia Ferreira (PPS), que torna obrigatório o diploma de Jornalismo para o exercício das funções de assessor de imprensa ou jornalista nos Poderes Legislativo e Executivo da capital mineira.

No Distrito Federal, a deputada Erika Kokay apresentou projeto de lei tornando obrigatório o diploma de jornalista para os concursos públicos, mas a tramitação ficou prejudicada em função dos escândalos que tomaram conta do legislativo brasiliense.

Coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa do Diploma, a deputada Rebecca Garcia (PP/AM) declarou à imprensa que há expectativa de que a (PEC) 386/09, de autoria do deputado Paulo Pimenta (PT-RS) seja votada na Câmara dos Deputados até maio. Neste sentido, será solicitada já no início de fevereiro a instalação de uma Comissão Especial para avaliar a proposta e acelerar sua tramitação. Com a instalação da Comissão Especial, há a expectativa de unificação dos textos da PEC 386/09 com a PEC 33/09, de autoria do senador Antônio Carlos Valadares.

Autor da PEC 386/09, o deputado Paulo Pimenta trabalha, também, para questionar os procedimentos do Ministério do Trabalho e Emprego para emissão do registro profissional de jornalista. O parlamentar entende que o ministério está se precipitando ao não exigir documento comprobatório de experiência profissional ou diploma. Ele defende a suspensão de tais procedimentos e estuda medidas jurídicas para novos questionamentos à decisão do STF que aboliu o diploma de Jornalismo como requisito para o exercício da profissão.

Embargos - O Diário da Justiça do STF (Supremo Tribunal Federal) publicou em novembro do ano passado o acórdão do julgamento que extinguiu a obrigatoriedade da formação superior específica para o exercício do Jornalismo. A decisão do Supremo é de 17 de junho passado e deixou revoltados os jornalistas brasileiros e perplexa e apreensiva toda a sociedade. A Federação Nacional dos Jornalistas entrou com embargos declaratórios, mas ainda não foram julgados.

Confecom - Os delegados da Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em Brasília em dezembro do ano passado, aprovaram, em plenária final, a exigência de graduação específica e regulamentação da profissão de jornalista.

O resultado foi comemorado pela maioria dos delegados, que aclamaram a decisão e repetiam frases a favor do diploma, obrigatoriedade derrubada em junho deste ano pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Além dessa proposta, em uma outra sugestão, a Confecom exige a regulamentação de outras profissões, como a de radialista e outros profissionais de mídia.

Os delegados também aprovaram a criação do Conselho Nacional de Comunicação, com representantes dos setores civil, empresarial e público. Entre outras ideias, a Conferência destacou pontos como mais rigor nas concessões, estímulo às mídias livres, inclusão digital, rádios comunitárias, melhor distribuição das verbas publicitárias públicas, entre outros.

Solidariedade com os garis

A diretoria do Sindicato dos Jornalistas do DF enviou ofício ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços e de Asseio e Conversação e Limpeza Urbana de São Paulo, José Moacyr Malvino Pereira, apresentando solidariedade aos garis agredidos pelo apresentador Boris Casoy no Jornal da Band.

O Sindicato considerou antiética a opinião emitida por um jornalista que deveria dispensar tratamento respeitoso a todas as profissões e a todos os trabalhadores e trabalhadoras. A diretoria do SJPDF desejou êxito na ação que os garis movem contra o apresentador, no sentido de reparar por danos morais os garis de São Paulo e de todo o Brasil. O sindicato paulista respondeu agradecendo o apoio.

Expediente

EXECUTIVA: Presidente: Romário Schettino, Vice-presidente: Emília Magalhães; Secretário Geral: Paulo Miranda, 1º Tesoureiro: Ivan Godoy, 2º Tesoureiro: Renato Araújo; 1º Secretária: Carla Lisboa; 2º Secretário: Cláudio Ferreira SUPLENTE: Fábio Varela; Iano Andrade; Carla Lisboa; José Ary Filgueira; Daniel Ferreira; Luiz Alves; Sandro dos Santos CONSELHO FISCAL: Leonor Costa, Demerval Dantas; Luiz Augusto Soares SUPLENTE: Marcelo Ramos; Renato Alves; Aderval Martins de Freitas REPRESENTANTES JUNTO À FENAJ: Antônio Carlos Queiroz - ACQ; Manoel Roberto Seabra Pereira (licenciado) SUPLENTE: Abnor Godim; Maria Inês Ullhoa COMISSÃO DE ÉTICA: Rubem Azevedo Lima, Paulo José Cunha, Fernando Paulino SUPLENTE: Sandra Crespo (licenciada); Sionei de Araújo; André Giordano. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO: José d'Arrochela, Fernando Tolentino; Trajano Jardim; Rogério Thomaz; Liziane Guazima SUPLENTE: Jonas Valente, Josafá Dantas, Marcos André Cerino de Lima; Suzane Durães; Godofredo Costa do Carmo.

BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DF

Edição: Romário e ACQ
COLABORARAM: Romário Schettino, ACQ, Emília Magalhães, André Dusek, Dorgil Marinho e Sandra Crespo.
PROJETO GRÁFICO: Extrema Comunicação (61) 3033-5255
DIAGRAMAÇÃO e EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: André Filho.

As matérias assinadas nesta publicação não necessariamente refletem a opinião da Diretoria do SJPDF

Setor de Clubes Norte (Clube da Imprensa de Brasília)
Tel: 3344-1488 - Fax: 33431317
e-mail: sjpdf@sjpdf.org.br

Engenheiro confirma cronograma de entrega da obra

O engenheiro Patrick França Amorim, responsável técnico da obra que a Brasal constrói em parceria com o Sindicato dos Jornalistas do DF no lote do Setor Gráfico, confirmou que obras serão concluídas no prazo estabelecido no contrato de permuta, ou seja, em dezembro de 2011.

As providências iniciais para o início da demolição e da obra propriamente dita tomaram quase seis meses do cronograma. Primeiro, ocorreram as negociações para a desocupação

do prédio por parte dos inquilinos; depois, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) pediu tempo para decidir como fazer para a retirada das árvores, até que a Novacap assumiu a tarefa - depois que a Brasal pagou cerca de R\$ 7 mil para garantir o replantio das árvores.

Antes da implantação do canteiro de obras, a Brasal negociou com a Dona Ana, proprietária do "Bar do Bolso", que funcionava nos fundos do Sindicato, em área pública. A construtora cedeu um trailer para que ela se instalasse ao lado do tapume até que a Administração do Plano Piloto liberasse espaço definitivo ao lado da Papelaria ABC.

Outra negociação que demorou mais de um mês foi com os vizinhos Correio Braziliense e a Gravopel, que não aceitaram a derrubada dos muros para que fosse utilizado um sistema mais barato de construção dos muros de contenção. A opção foi adotar o sistema de

estacas paralelas e grampeadas, que custou cerca de R\$ 300 mil a mais.

A etapa das escavações dos dois subsolos já foi iniciada e deverá estar concluída junto com a implantação dos grampos até o final de fevereiro. A

conclusão das escavações está prevista para final de abril, com a retirada de cerca de 6 mil caminhões de terra. As fundações estarão prontas em maio, a estrutura em fevereiro e o prédio concluído em dezembro de 2011.

Gilberto Machado, parceiro da Brasal no negócio, informa que restam apenas 12 salas, a metade da cobertura e de um subsolo de garagens. A comercialização da parte destinada à Brasal está, portanto,

praticamente vendida no plano de financiamento próprio em 100 meses. Os preços do mercado, conforme já anunciado no NR passado, estão, em média, variando de R\$ 6.600 o metro quadrado para lojas e R\$ 5.800 o metro quadrado para salas. As vagas de garagem custam R\$ 37 mil cada.

Os 24% pertencentes ao Sindicato dos Jornalistas não serão vendidos. O Sindicato ocupará a parte que for necessária ao seu funcionamento e alugará o restante para financiar as atividades sindicais. O auditório de 100 lugares estará à disposição dos usuários do Edifício Jornalista Carlos Castello Branco para aluguel e atividades de interesse da categoria.

O Sindicato ficará com uma área privativa correspondente a 3.676,09m², o que equivale, a preços atuais, a cerca de R\$ 18 milhões. O patrimônio do nosso sindicato foi, portanto, triplicado nessa operação, com garantia de receitas inestimáveis para o funcionamento da entidade.

A etapa das escavações dos dois subsolos já foi iniciada e deverá estar concluída junto com a implantação dos grampos até o final de fevereiro. A conclusão das escavações está prevista para final de abril, com a retirada de cerca de 6 mil caminhões de terra.

Fotos: Romário Schettino



Patrick França comanda as obras



ACQ e Gilberto inspecionam



Continuação ►

Refrescando a memória

1 – O primeiro NR com as informações sobre o projeto de permuta do terreno do Sindicato dos Jornalistas no Setor Gráfico, proposto pela Brasal Incorporações, foi impresso em junho de 2008. A construtora foi uma das 16 empresas que receberam cartas-convide para apresentar proposta a partir de uma série de exigências que a diretoria impôs.

2 – Nessa proposta, a Brasal ofereceu 24% do edifício, mais uma casa de 150m² no Clube da Imprensa para funcionar como sede provisória do Sindicato enquanto durar a obra, além do equipamento básico do auditório de 100 lugares, mais 105 garagens subterrâneas e aluguel de uma sala de 70m² no Setor Gráfico, cujos recursos foram revertidos para instalação e manutenção do sindicato no Clube da Imprensa. O novo edifício terá o nome do jornalista Carlos Castello Branco, ex-presidente do Sindicato.

3 – Além disso, a proposta da Brasal incluía uma ajuda de custo de R\$ 20 mil para as despesas com a mudança do sindicato. Outra vantagem é o bônus de 2% sobre o valor do imóvel para os jornalistas sindicalizados interessados em adquirir salas ou lojas.

4 – O plebiscito foi chamado inicialmente para os 2, 3 e 4 de julho de 2008, mas, como se tratava de um período de férias, o Sindicato decidiu adiar para os dias 4, 5, 6, 7 e 8 de agosto, com quorum mínimo de 50% dos aptos a votar.

5 – Amplamente divulgado, o plebiscito contou a participação de 50,6% dos jornalistas aptos a votar, dos quais 85,6% disseram sim à proposta da Bra-

sal e 9,7% disseram não. Houve ainda 23 abstenções e um voto nulo.

6 – A partir dessa decisão tomada pela categoria, a diretoria do Sindicato iniciou a assinatura da escritura de permuta, com acompanhamento da assessoria jurídica. Todos os cuidados foram tomados, inclusive a exigência de que fosse criada uma SPE (Sociedade de Propósito Específico) para tocar a obra. Essa blindagem não permite que recursos dessa obra sejam utilizados em outra.

7 – Os preços a serem comercializados pela Brasal obedeceriam ao mercado e à qualidade do projeto arquitetônico. Alguns jornalistas conseguiram comprar sua sala, outros não. O preço atualizado está em torno de R\$ 5,8 mil o metro quadrado para salas e R\$ 6,6 mil o metro quadrado para lojas. O valor da garagem está em R\$ 37 mil. Tudo financiamento em até 100 meses pela própria construtora.

8 – A parte destinada ao Sindicato não será vendida, e sim será alugada para garantir a sustentabilidade da entidade. Estima-se que a renda do Sindicato ficará em torno de R\$ 60 mil mensais, com os alugueis de salas, lojas e garagens extras. O Sindicato optou por se instalar na metade da cobertura do edifício, o que corresponde a uma área privativa de 1.336,92m².

9 – A área total privativa do Sindicato corresponde a 3.676,09m², estimada, a preços atuais, a cerca de R\$ 18 milhões. Ou seja, o patrimônio do Sindicato estará valorizado em cerca de 250% em relação ao que tínhamos antes.

Histórias do Sindicato no Setor Gráfico

A sede do nosso sindicato no Setor Gráfico foi um espaço marcante na defesa da democratização do País, na luta contra a censura durante a ditadura militar e na consolidação da profissão em Brasília.

No momento em que o espaço do Sindicato dos Jornalistas foi permutado para a construção de um novo prédio, onde a nova sede do sindicato voltará a funcionar, surgiu a idéia de documentarmos a transformação do local e montarmos uma memória viva das mil e uma histórias da nossa instituição durante os anos 70, 80 e 90.

Assim foi feito. Sob a coordenação do jornalista Luis Turiba e do cinegrafista Maxtunay, e com a participação do presidente, Romário Schettino. Todo o processo de mudança foi filmado no local durante a demolição e em uma noite chuvosa no Café Martinica.

Lá, saudosa e alegremente, quase 20 jornalistas – ex-presidentes, diretores, e pessoas como Clóvis Senna e Rubens Azevedo Lima, memórias vivas do nosso sindicato – reuniram-se para relembrar antigas histórias e feitos da época e da instituição.

A conclusão das filmagens ocorrerá agora, imediatamente após o carnaval.

O documentário “Cadê o Sindicato que estava aqui” teve o apoio da empresa Brasal, pioneira em Brasília, e parceira do Sindicato no novo empreendimento, e deverá ser apresentado aos jornalistas em meados de abril, durante as comemorações do cinquentenário de Brasília.



Clube da Imprensa: revitalizar e preservar

Emília Magalhães, presidente
do Clube da Imprensa

A direção colegiada do Clube da Imprensa cumpre, com dedicação, planejamento, coragem e transparência, a missão de revitalizar, preservar o patrimônio ecológico, um dos mais belos da cidade, e buscar a sustentabilidade financeira.

Iniciamos 2010, após 27 meses de gestão, com um saldo de conquistas, entre elas a negociação de dívidas históricas com órgãos federais, que vai permitir a captação de recursos para a realização de projetos culturais inovadores e obras que modernizem e tornem mais agradável o lazer dos jornalistas.

Regularizamos contratos de trabalhadores, aperfeiçoamos o registro contábil, renovamos o contrato de locação com o restaurante Retiro do Pescador, agora anual, e temos um novo serviço de lanchonete, conforme as normas da vigilância sanitária, ações que vão ajudar a reforçar o nosso caixa e melhorar o atendimento aos associados.

Reformamos a secretaria e o bar da piscina; melhoramos o piso do barracão histórico para promoções de eventos e locações, adquirimos uma moderna máquina para corte de grama e vamos iniciar a pintura do parquinho infantil.

Acabamos com a informalidade nas parcerias, iniciamos diálogos com produtores culturais e estudamos a ampliação do quadro de associados por meio de visitas às redações e assessorias de comunicação. A orla está mais limpa e preservada após a retirada de entulhos.

O projeto-piloto Sexta Black começou este ano e promete animar as noites da cidade. Outros sons também estão na agenda que será divulgada em breve.

Lançamos, ainda, uma ferramenta de diálogo com os associados, o blog do Clube: clubedaimprensa.df.blogspot.com, com para você acompanhar todas as ações e dialogar conosco. O nosso primeiro Plano Diretor também está em elaboração e neste documento inédito debateremos caminhos para o presente e o futuro do nosso patrimônio. Na assembleia geral que vamos realizar apre-

sentaremos o Plano Diretor e a prestação de contas sobre os gastos e investimentos. Estas e outras conquistas são frutos do trabalho de um time, formado pela diretoria e trabalhadores do Clube, que atua também, com muita criatividade e consciência para vencer os desafios que ainda temos pela frente.

Visite o seu Clube e passe um fim de semana agradável com a família e amigos. Para falar com a diretoria ou secretaria escreva: clubedaimprensa.soc@terra.com.br ou ligue 3306-1156. Dialogar com você é uma alegria para nós.



Novo Portal do Sindicato

O Sindicato dos Jornalistas do DF entrou em 2010 com um novo portal. O endereço é o mesmo - www.sjpdf.org.br - mas a cara é outra, mais ágil, com possibilidades de intervenção imediata, espaço para comentários das notícias e vários serviços. O projeto é da empresa Sybria Tecnologia. Aceitamos contribuições.



“O que garante a natureza púb

Por Romário Schettino
e Antonio Carlos Queiroz

A presidente da Empresa Brasil de Comunicação, jornalista Tereza Cruvinel, nesta entrevista ao NR faz um balanço da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) e dos dois anos de criação da EBC e anuncia os planos para a implantação da Rede Nacional de Tevês Públicas Digitais e a criação do canal internacional da TV Brasil. Est á em marcha o projeto do Governo Lula de consolidar o ramo público da Comunicação Social, nos termos do artigo 223 da Constituição Federal. Quanto às relações de trabalho na EBC, Cruvinel disse que a Comissão de Ética está apta a receber denúncias de assédio moral e que a Comissão de Avaliação de Desempenho está funcionando com participação dos funcionários. A íntegra da entrevista é a seguinte:

NR – Como você viu a Confecom?

Tereza – A própria realização da conferência foi uma grande vitória. Há alguns anos nem imaginávamos a possibilidade de realizar uma conferência de comunicação, reunindo o governo, o empresariado e a sociedade civil. Ainda que uma parte do setor privado a tenha boicotado, a presença de um segmento importante legitimou a natureza tripartite da conferência. Quanto às resoluções, elas trouxeram grandes avanços, mas precisam ser institucionalizadas. A EBC apoiou a conferência, dando, inclusive, cobertura prévia às conferências estaduais. Do ponto de vista da EBC, algumas propostas aprovadas são muito importantes para a consolidação da nova realidade pós-analógica. Nessa nova estrada, o equilíbrio entre os setores estatal, público e privado, tal como previram os constituintes brasileiros no artigo 223, será muito mais visível, nítido e equilibrado. Uma de nossas preocupações foi garantir condições para acelerar a nova realidade, com a legalização das novas redes do campo público, previstas no decreto da TV Digital. São elas: a rede da EBC, a rede da Educação, a rede da Cultura, e a rede da Cidadania, que são as tevês comunitárias digitais de cada município do Brasil. Todas essas redes vão operar

a partir de uma plataforma digital comum, barateando, acelerando e garantindo a atualidade tecnológica. Vamos fazer a licitação para a escolha do operador dessas redes, no modelo da parceria público-privada (PPP). A empresa vencedora construirá inicialmente 60% dessa plataforma, que no futuro cobrirá todo o Brasil, e terá a obrigação de trocar a tecnologia a cada cinco anos.

NR – A EBC ficaria como a gestora desse sistema?

Tereza – Ela será a parceira pública da PPP.

NR – Todas as empresas estatais, públicas e as privadas não-comerciais seriam clientes dessa organização?

Tereza – Mas é claro! Nós precisamos de uma forma jurídica, de compromisso muito claro, muito seguro, das outras instituições. Eu quero saber se a TV Senado, a TV Câmara, a TV Justiça, a Rede da Cidadania, o MEC etc vão realmente operar a partir do operador de rede. Até aqui as negociações caminham bem, em volta da mesa do Comi-

lhões porque corremos o risco de subestimar ou superestimar. Estamos fazendo uma consulta pública. Queremos saber quanto a iniciativa privada acha que vai custar.

NR – Vamos falar dos dois anos da EBC, completados no dia 31 de outubro do ano passado. Uma das críticas à empresa, criada para ocupar o espaço público, deixando de ser estatal, é que ela depende do orçamento da União e o seu Conselho Gestor é nomeado pelo presidente da República.

Tereza – Eu discordo dessa crítica. O fato de a União colocar dinheiro não neutraliza a natureza pública da empresa, garantida por outros fatores muito mais importantes. A lei que a criou define que o sistema público de comunicação será financiado, não apenas por dotações da União, mas também por prestação de serviços, captação de anúncios institucionais e de patrocínios culturais, doações de pessoas físicas e privadas e, no mínimo, 75% da contribuição à comunicação pública. Há, portanto, um conjunto de outras receitas previstas para financiar a

EBC. É claro que construir essas fontes de receitas é um percurso. A empresa não nasceu com essas receitas prontas. No primeiro ano, só nos valem das receitas da União. Mas no segundo, já construímos algumas receitas complementares. Neste terceiro ano, temos um orçamento que começa a refletir muito mais claramente a natureza do autofinanciamento da EBC. Por exemplo, eu vou brigar para que o governo do presidente Lula honre o compromisso de nos repassar os R\$ 350 milhões que nos garfaram no ano passado, não pelo governo mas

pelo Congresso. Eu fiz muitos esforços, com a colaboração do ministro Franklin Martins, e consegui recuperar uma parte das receitas que o Congresso cortou, mas não tudo. Neste ano também teremos outros recursos, que deverá superar os R\$ 100 milhões, oriundos da contribuição à



Fotos: ACQ

tê da Rede Digital Pública, às vezes aqui na EBC, às vezes lá no Senado.

NR – Estima-se em R\$ 2,8 bilhões em 20 anos. Qual é o verdadeiro orçamento para essa PPP?

Tereza – Nós queremos falar nos bi-

“A natureza pública da EBC é o controle social”

comunicação pública, que está sendo regulamentada graças aos nossos esforços.

NR – Que contribuição é essa?

Tereza – É aquilo a que chamam erradamente de Fistel. Está na lei da EBC. Quando a Medida Provisória que criou a empresa foi para o Congresso, essa contribuição não estava prevista. Devemos muito ao deputado Walter Pinheiro (PT-BA), a formulação dessa contribuição. Eu trabalhei muito com ele e com a sua assessoria técnica para construir esse mecanismo ainda mal conhecido, que as pessoas chamam erradamente de Fistel. Não é isso. É a Contribuição ao Fomento da Comunicação Pública. Eu chamo de CCP.

NR – De onde vem esse dinheiro?

Tereza – As empresas de telecomunicações deixam de pagar 5% ao Fistel, que o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, para destiná-los à CCP. No ano passado, as teles foram à Justiça para contestar a nossa contribuição, e fizeram os depósitos em juízo. Nós estamos batalhando para liberar esses recursos. Já conseguimos desbloquear R\$ 41 milhões e vamos continuar na briga para liberar o restante. Além disso, já podemos contar com cerca de R\$ 40 milhões arrecadados com serviços. Vou aproveitar para fazer aqui um comercial: divulgue aí no NR que qualquer órgão público pode contratar a EBC para produzir um vídeo, com dispensa de licitação. Voltando à questão principal: esses exemplos que eu citei mostram que é preciso ter paciência na construção do financiamento do sistema público de comunicação. O financiamento da EBC sempre será misto. Eu fiz pessoalmente ações junto à Vale e ao Bradesco que, pela primeira vez, passaram a anunciar conosco. No futuro, a EBC será uma empresa não dependente do orçamento da União. Preciso dizer também que o que garante a natureza pública da EBC é o controle social dos seus canais públicos, através do Conselho Curador, e o decreto de dezembro de 2008 que nos

concedeu maior autonomia para a organização administrativa.

NR – Mas os críticos dizem que o Conselho Curador é nomeado pelo presidente da República!

Tereza – Engraçado, os críticos acham que as coisas no Brasil têm que nascer prontas e acabadas. Como é que seria constituído o primeiro Conselho? A MP 398, que deu origem à lei de criação da EBC, previu um conselho, sua composição, e a nomeação de seus membros pelo presidente da República. No embate do Congresso, e vocês participaram, estávamos abertos formas de aperfeiçoar a composição do Conselho Curador. No relatório do deputado



Walter Pinheiro, houve duas mudanças importantes. Uma, é que além dos quatro representantes do governo, dos 15 representantes da sociedade civil, e do representante dos empregados da EBC, foram incluídos um representante da Câmara e outro do Senado, e também um artigo prevendo uma série de consultas democráticas para a renovação do Conselho. A sociedade discute os nomes e o presidente da República os nomeia, como acontece em qualquer país democrático. Na Inglaterra o primeiro ministro faz a lista dos membros do Conselho da BBC e é a rainha que os nomeia. Ora, gente, por que o presidente da República não pode fazer essa nomeação aqui no Brasil. A presidência da República é a instituição mais legítima do Brasil, esteja ocupada pelo Lula ou

por qualquer outro presidente. O presidente é eleito por voto universalíssimo, admirado no mundo todo, com a participação dos analfabetos, os índios, todas as minorias, os jovens que atingem os 16 anos. Se o presidente nomeia os ministros do Supremo Tribunal Federal, por que não poderia nomear os membros do Conselho Curador da EBC, a partir da lista múltipla indicada em ampla consulta democrática?

NR – Falemos agora das questões dos trabalhadores. Como estão funcionando as comissões que tratam da progressão funcional e do assédio moral. E como está a situação dos trabalhadores multimídia?

Tereza – Quando negociamos o plano de carreira, duas questões foram muito discutidas com a comissão dos empregados e com os líderes dos sindicatos: a extrema assimetria da progressão funcional na antiga Radiobrás e as progressões de agora em diante. Eu briguei muito para que a gente pudesse fazer toda a correção para trás. O DEST (Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, vinculado à Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento) não aceitou. Então nós acordamos a transposição garantindo uma progressão a cada dois anos. Quanto ao futuro, tem no plano uma regra cuja implementação será acompanhada por uma comissão. A regra estabelece que a progressão ocorra de dois modos, por antiguidade e por avaliação de desempenho. A preocupação foi sempre como construir os critérios da avaliação de desempenho.

NR – Essa comissão já foi formalizada?

Tereza – Sim, a Comissão de Progressão na Carreira está sendo tocada pela Secretaria Executiva. Já fez uma reunião e seus membros são os seguintes: Anderson Serra, presidente; Elvira Arak, Alano Correia e Silva, Renata Bittencourt, Carine Lima e Patricie Rose Coelho (Gestão de Pessoas); Andrea Ferrarez (Jurídico); Vladimir Platonov (Jornalista-RJ); Marcos Vinicius (Jornalista-SP); Jorge Wamburgio (Jornalista-DF); Maria Isabel Barbosa de Oliveira (Técnica da Sec. Executiva); Maria de Fátima

Silva Gondim (Técnica da Diretoria de Serviços-DF); Alessandro Carvalho e João Paulo Macedo (Radialistas-DF).

NR – A segunda comissão cuida do problema do assédio moral.

Tereza – É claro que eu jamais compactuarei com o assédio. Mas é preciso ter cuidado de não confundir cobrança de desempenho, por exemplo, com assédio.

NR – Espera-se que a comissão tenha bom senso, mas ela já foi constituída?

Tereza – Trata-se de uma comissão de ética para apurar denúncias. É presidida pela advogada Mariângela dos Reis Costa e tem em sua composição Wania Lúcia da Silva, da Secretaria Executiva, e Mario Marcio Simões, do RH. A tarefa da comissão não é fácil, se há denúncia é preciso apresentar os nomes dos que praticam o assédio e cobrar resultados.

NR – A outra questão é o chamado trabalho multimídia, ou seja, o profissional que ao mesmo tempo reporta, fotografa, grava um áudio para o rádio ou um programa para a televisão. Como a EBC está lidando com isso?

Tereza – Esse assunto está muito ligado à diretoria de Jornalismo porque é lá que ocorre a produção multimídia. Veja, para a EBC ser um complexo de comunicação pública como nós desejamos, ela tem que ter uma base operacional multimídia. Hoje temos televisão, oito emissoras de rádio e uma agência de notícias na internet. Ora, a convergência de tecnologias impõe a nós profissionais de jornalismo um trabalho multimídia. Não estamos impondo a atuação multimídia. A multimídia é uma realidade nas empresas públicas internacionais também. Ou não se pratica multimídia na BBC? Porque é difícil fazer multimídia no setor público? Porque aqui tem uma série de regras de pessoal. Se você manda a pessoa fazer uma matéria para a agência e para a televisão, ela reclama que está havendo um desvio de função. Temos encontrado resistências à atuação multimídia. Mas também temos encontrado profissionais que entendem isso como uma evolução natural da nossa profissão. Eu gostaria que os jornalistas da EBC entendessem isso. Que a atuação multimídia do jornalista não é um, digamos, excesso de mais-valia. É uma tendência do setor de comunicação imposta pelas novas tecnologias e, para construir uma empresa com as carências de recursos como a

nossa, se todos estiverem engajados no projeto de fazermos um bom jornalismo, de conquistarmos credibilidade para os nossos canais, a contribuição multimídia de cada um será uma forma de fortalecer a empresa. Eu gostaria muito que todos pensassem assim: “Olhe, eu fiz a cobertura do evento tal para a TV Brasil, não teve como mandar o repórter da agência, e eu posso, sim, escrever 15, 20 linhas para a agência”. Ou, “Olhe, eu fiz uma matéria para o rádio e posso gravar uma sonora para a televisão”. Eu gostaria muito que as pessoas tivessem a generosidade de entender isso. Primeiro, como investimento na sua formação. Um jornalista multimídia vale muito mais no mercado. Amanhã ele pode não estar aqui, e se ele ficou só no rádio, só na agência, só na TV, ele perdeu a oportunidade de diversificar a sua formação, a sua capacitação. Segundo, isso também significa multiplicar nossos recursos que são escassos. Não conseguimos, por exemplo, fazer o concurso. Pretendemos realizá-lo. O tempo é curto. Tem eleição este ano. A carência de pessoas está grande, porque a nossa oferta de informação aumen-



tou, o serviço aumentou e o número de pessoas não aumentou. Agora, nós não estamos impondo a atuação multimídia. A gente sabe que isso poderia gerar problemas trabalhistas. O que nós pedimos é a compreensão mais ampla do problema. Veja o caso do Haiti. Não pudemos mandar uma equipe de cada veículo, mandamos a televisão.

NR – Por falar em televisão, e a criação do canal internacional?

Tereza – Todas as televisões públicas internacionais reconhecidas como tal, têm o seu canal internacional na sua língua. Vejam o canal japonês NHK, a TVE da Espanha, a BBC... Então, era natural que a TV Brasil sempre pensasse em ter o seu canal internacional. Acresce o fato de o Brasil, nos últimos anos, particularmente, nos dois últimos anos, ter adquirido um protagonismo na cena internacional. Além disso, a globaliza-

ção levou para fora do Brasil mais de três milhões de brasileiros. O Itamaraty está nos cobrando a criação do canal internacional para atender a esse público. Nós estamos trabalhando para isso.

NR – E o canal Integración?

Tereza – O canal Integración é uma experiência bem sucedida para o momento de 2003 e 2004, quando a questão da integração latino-americana se colocou fortemente na agenda da política brasileira. O canal Integración é composto de 50% de conteúdos brasileiros e 50% de conteúdos em língua espanhola, produzidos em nossos vizinhos.

NR – Então, o Integración seria integrado no canal internacional?

Tereza – Não, mas nós vamos usar os recursos do Integración. A TV Brasil vai ser feita em língua portuguesa. Queremos fazer acordos com as tevês a cabo de diferentes países. É claro que estamos com um problema danado, previsível, nos Estados Unidos. Porque lá o cabo está lotado, uma disputa enorme. Queremos por mais um canal cucaracha lá e está fica difícil.

NR – Mas e a programação, o conteúdo?

Tereza – O conteúdo é a programação da TV Brasil com alguns ajustes. Por exemplo, licenciamentos de produtos internacionais não podem entrar. Porque estão licenciados para exibir no Brasil. A série “A TV Que se Faz no Mundo”, que a gente exhibe, não pode. No lugar, vamos por algum outro conteúdo. E estamos trabalhando com a rede, pegando programas de alguns lugares importantes. Por exemplo, a série sobre a Amazônia da TV Cultura do Pará, Varadouro. E vamos ajustar o jornalismo. Nós contratamos a Marilena Chiarelli para coordenar isso. Ela é muito experiente, montou a TV Senado, está gerenciando esse projeto. A equipe do Integración vai se somar depois. Então, já tem a equipe, já tem o satélite e já tem a programação. É um trabalho operacional, mas muito importante para o Brasil.

NR – Quando será lançado?

Tereza – A gente espera que a partir de março, no máximo abril começar a distribuição da programação através da empresa MultiChoice, sem custo algum, para nós ou para o assinante. Vamos atingir mais de 40 países, incluindo cinco de língua portuguesa.

Atenção: novas condições para emissão da carteira de jornalista

O Sindicato retomou a emissão da Carteira de Identidade do Jornalista, agora digital e com validade de três anos. Atenção para as novas regras.

O prazo para confecção da carteira é de 15 dias úteis. Não será possível emitir o documento antes desse prazo, nem emergencialmente, já que a carteira será feita em São Paulo. Sendo assim, os jornalistas deverão se adiantar para solicitá-la, indo pessoalmente ao Sindicato. Para obtê-la você precisa:

Para Jornalista sindicalizado

- 1 foto 3X4, com fundo branco.
- Atualizar os dados no cadastro do SJPDF, pagando eventuais mensalidades atrasadas.
- Recolher a taxa de R\$ 75 por meio de boleto bancário fornecido pelo sindicato.



Para Jornalista não sindicalizado

- 1 foto 3X4, com fundo branco.
- Carteira de trabalho com a anotação

do registro de jornalista profissional.

- RG e CPF.
- Recolher a taxa de R\$ 300 por meio de boleto bancário fornecido pelo sindicato.

Carteira internacional

Fique atento ao prazo de validade da sua carteira. Para a RENOVAÇÃO serão cobradas as mesmas taxas e exigida a mesma documentação.

Para a Carteira Internacional – da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) – não serão alterados os procedimentos de emissão, mas o valor já está reajustado. Agora, o preço para o jornalista sindicalizado em dia é 40 Euros. A sindicalização é obrigatória por exigência da FIJ.

Essa medida tem o objetivo de estimular a sindicalização dos profissionais que se beneficiam com os descontos em serviços públicos em vários países da Europa, América Latina, África e Estados Unidos.

Jornalistas do Correio têm participação nos lucros. Sindicato cobra plano de cargos e salários

Os jornalistas do Correio Brasileiro, do grupo Diários Associados, aprovaram a proposta de acordo coletivo que estabelece Programa de Participação nos Lucros (PLR). A distribuição dos lucros líquidos foi feita, a título de adiantamento, em dezembro de 2009, tendo cada jornalista recebido 50% do salários. O valor definitivo será o correspondente a 20% do lucro líquido que for apurado no Balanço Anual da empresa, a ser publicado no início de 2010. Pela regras da lei, esse PLR é extensivo a todas as categorias de empregados do Correio Brasileiro, cujos sindicatos assinaram acordos específicos.

Dos 141 jornalistas do Correio Brasileiro que votaram na proposta de acordo coletivo que estabelece Programa de Participação nos Lucros (PLR), 107 disseram sim (75,9%), 29 disseram não (20,5%), 3 anularam o

voto e 2 votaram em branco.

Ficou acertado, conforme texto da cédula de votação, que caso a Convenção Coletiva de Trabalho a ser assinada com o sindicato patronal na data-base de 1º de abril de 2010 contemple um abono superior ao estabelecido pelo PLR, o Correio Brasileiro fará a complementação. Caso o abono seja inferior, fica mantido apenas o valor pago pelo PLR fruto desse acordo. Nosso objetivo é conquistar uma Convenção Coletiva em condições melhores. Tudo depende de nossa mobilização.

O Sindicato dos Jornalistas do DF propôs ao Correio Brasileiro que além do PLR seja implantado um plano de cargos e salários para corrigir distorções e injustiças na carreira. O Sindicato constatou que há jornalistas classificados na categoria “repórter júnior” há mais de dez anos, uma aberração inaceitável.

Acordo com a EBC dá reajuste com ganho real

O Acordo Coletivo assinado pelos sindicatos dos Jornalistas e dos Radialistas e pela Contcop com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) no final do ano passado reajustou os salários em 4,36% a partir de 1º/11/2009, mais ganho real de 2% a partir de 1º/1/2010 sobre o salário já reajustado. Essa foi a primeira vez que obtivemos ganho acima de inflação.

Além do reajuste com ganho real, o Acordo Coletivo prevê ticket de R\$ 624, representando 15% de aumento acima do IPCA; vale creche no valor de R\$ 350 – 11% de ganho acima do IPCA – e auxílio deficiente no valor de R\$ 439, reajustado pelo IPCA (4,36%).

O salário pago em dezembro, assim como os tickets, o vale creche e auxílio deficiente, já foram retroativos a primeiro de novembro. Os 2% de ganho real sairão na folha de janeiro de 2010 conforme o aprovado.

Jornalistas promovem “pacotão” de solidariedade ao Haiti

Um “pacotão” para o Haiti. Esse é o tema do enredo que o Clube da Imprensa, a TV Comunitária de Brasília e o Bloco carnavalesco Pacotão promoveram domingo, dia 7 de fevereiro.

Não somente os jornalistas, toda a comunidade de Brasília foi convidada a participar do esforço, que além de incentivar depósitos na conta do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (HSBC) ou da Arquidiocese de Belo Horizonte (Banco do Brasil) e de recolher donativos e roupas para a população vítima do terremoto no Haiti, conclama a doação de radinhos de pilha portáteis, para fortalecer os laços das comunidades organizadas haitianas.

Além de pretender ajudar os órfãos, os demais familiares dos mortos e os sobreviventes com as doações financeiras e demais donativos, a idéia é criar condições para instalação de rádios comunitárias, na defesa da nacionalidade, da soberania, da independência e da auto-organização do povo haitiano.

Os donativos foram recolhidos também para as comunidades brasileiras atingidas por enchentes e desabamentos, como a cidade de São Luiz do Paraitinga (SP), entre outras, que receberão, além desses, as doações de roupas que não puderem ser enviadas pelos meios oficiais brasileiros para o Haiti.

Os materiais foram levados para o Clube da Imprensa enquanto o Pacotão fez o lançamento das camisetas do bloco e do seu CD com as músicas para o carnaval 2010. A TV Comunitária Cidade Livre montou estande para receber os radinhos de pilha e gravou declarações de solidariedade que serão encaminhadas ao Haiti, além de veiculadas em sua programação.

A ética não se exige somente na política, a ética é exigida na utilização do meio ambiente, no respeito aos direitos humanos e nas ações de solidariedade entre os povos, entre outras atividades. Essa é a linha da campanha comunitária de apoio ao Haiti e às ci-

dades brasileiras que sofrem com enchentes e desabamentos. De modos distintos, o bloco carnavalesco Pacotão, o Clube da Imprensa e a TV Comunitária têm tradição em Brasília na defesa de ideais humanitários. A iniciativa conta com o apoio do Sindicato dos Jornalistas do DF, da Associação Brasileira de TVs Comunitárias-DF e adesão de diversas entidades civis do Distrito Federal.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) também apóia e participa da Campanha “Uma Rádio Solidariedade

para o Haiti”. A secretária nacional de Comunicação da entidade, Rosane Bertotti, informou que ações de solidariedade estão sendo desenvolvidas pelos sindicalistas brasileiros em cooperação com a Central dos Trabalhadores do Haiti, lamentando que muitos de seus dirigentes perderam a

vida no terremoto recente. Bertotti informou que a CUT está preparando a ida de uma delegação para o país caribenho para prestar solidariedade possivelmente com o envio de técnicos que possam ajudar na reconstrução no que for mais urgente e necessário. “O que não aceitamos é esta injustificável militarização que os EUA estão impondo ao Haiti”, disse Bertotti.

Contatos:

Clube da Imprensa:

Telefones:

3306.1156 e 3306.2238

E-mail:

clubedaimprensa@terra.com.br

TV Cidade Livre (61-33432713)

ABRAÇO (61-3369-4188)

ABCCOM (61-3344-2656)

Qualquer quantia pode ser depositada. Contas abertas para receber doações:

Comitê Internacional da Cruz Vermelha:

Banco: HSBC

Agência: 1276

Conta: 14526-84

CNPJ: 04359688/0001-51

Arquidiocese de Belo Horizonte:

Banco do Brasil

Agência: 3494-0

Conta: 24847-9

Em nome do Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política.

Demissões em massa preocupam sindicatos em Goiás e Rio Grande do Norte

Em nota emitida no dia 26 de janeiro, o Sindicato dos Jornalistas de Goiás e a FENAJ repudiaram a demissão de 23 profissionais do jornal O Popular e 8 da TV Anhanguera, ambos da Organização Jaime Câmara, de Goiânia. Já no Rio Grande do Norte, a Intertv Cabugi (afiliada da Rede Globo) demitiu 10 profissionais. O Sindicato do Rio Grande do Norte pediu a mediação da Procuradoria Regional do Trabalho e a reintegração dos demitidos.

No Rio Grande do Norte, as demissões ocorreram no dia 18 de janeiro. E em Goiás, ocorreram nos dias 21 e 22. Nos dois processos de demissão, os atingidos foram profissionais experientes. No caso do jornal O Popular, a maioria dos profissionais tinha entre 10 e 20 anos de tempo de serviço na empresa. “A primeira conclusão que se tira desse fato é que, no jornal O Popular, jornalista tem prazo de validade: quanto mais tempo de casa, mais perto está de perder o seu emprego”, diz a nota emitida pelo Sindicato de Goiás e FENAJ.

As entidades sindicais manifestam estranheza com as demissões na Organização Jaime Câmara, em Goiás, uma vez que o grupo atravessa um período de equilíbrio financeiro e desempenho lucrativo. E conclamam a sociedade a também se manifestar contrária ao abuso cometido contra os trabalhadores.

No caso potiguar, no pedido de mediação feito pelo Sindicato dos Jornalistas no dia 18 à Procuradoria Regional do Trabalho, a presidente da entidade, Nelly Carlos Maia, assinala que todos os dez demitidos “têm mais de dez anos de trabalhos prestados à televisão. Alguns trabalhavam desde a inauguração, há mais de 20 anos”. Destes, seis são jornalistas diplomados e quatro são repórteres cinematográficos.

Nas informações encaminhadas à Procuradora chefe do RN, Izabel Cristina de Ramos, o Sindicato dos Jornalistas denuncia problemas trabalhistas existentes na Intertv Cabugi, como acúmulo de funções, desrespeito à jornada de trabalho e não pagamento de horas extras. Entre os demitidos no RN, houve o caso de uma jornalista que passaria a gozar o direito de férias vencidas no dia seguinte a sua demissão.

Dia a dia na redação

Sem multissalário

As conquistas históricas da categoria são desrespeitadas em muitas redações, onde os jornalistas são obrigados a acumular funções, algumas burocráticas, que geram estresse, baixa autoestima, problemas de saúde e revolta. Por pressão de chefias, o chamado “profissional multimídia”, que em alguns casos desrespeita a legislação que rege a atividade dos colegas radialistas, faz produção executiva, além de redação, edição, locução etc.... Os bons exemplos de projeto multimídia, com salário equivalente, coordenação específica, e respeito à qualidade de vida do jornalista, são completamente ignorados. Você já ouviu falar em chefe ou diretor multimídia?

Ética na EBC

A Comissão de Ética da EBC, encarregada de apurar as denúncias de assédio moral na empresa, anda muito devagar, quase parando. A funcionária Deograciá Lopes Pinto Diniz, por exemplo, fez uma denúncia de assédio moral há mais de um ano e seis meses e até hoje a presidente da Comissão, Mariangela dos Reis Costa, não apresentou parecer conclusivo. Se depender dessa Comissão, a ética vai morrer parálitica. Alô Cruvinel!

Horas extras

A Diretoria do Sindicato está visitando as sucursais instaladas em Brasília para discutir o controle das horas extras trabalhadas pelos jornalistas. O presidente Romário Schettino e o diretor Renato Araújo já estiveram no Estadão, O Globo, IstoÉ e TV Record. Falta ainda agendar o SBT, TV Bandeirantes, Veja, Época e Folha de S. Paulo. As irregularidades devem ser denunciadas, ainda que anonimamente. Os sindicatos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais estão acompanhando essas visitas para estabelecer uma política de ação comum e combater os abusos. Denuncie o mau padrão!

Assédio moral é crime

O Sindicato dos Jornalistas lembra que o assédio moral – exposição do trabalhador a situações humilhantes –, é crime, gera depressão e outras doenças. Vamos convidar o Ministério Público do Trabalho para debater o assunto em breve. A nossa assessoria jurídica está à disposição para atendê-lo(a). Denuncie! Plantões nas manhãs de terça-feira no Sindicato.

Nossos colegas que partiram

O Sindicato dos Jornalistas do DF lamenta a morte de dois jornalistas no mês de janeiro. O companheiro Ariosto Teixeira, 56, e a companheira Lanusse Martins, 27. Aos parentes e amigos enviamos nossos pêsames.

Ariosto faleceu vítima de problemas hepáticos. Ele, que era também poeta, foi homenageado no Café Martinica, dia 26 de janeiro, com um recital de poemas de sua autoria.

A jovem Lanusse teve morte trágica. Ela tinha se submetido a uma cirurgia de lipoaspiração e perdeu a vida durante os procedimentos médicos. Seu caso está sendo investigado pelo Ministério Público, pois há suspeita de que houve erro médico. A delegada de polícia que cuida do caso concluiu que o médico cometeu crime doloso e encaminhou o inquérito à promotoria.

A diretoria do Sindicato espera que tudo seja esclarecido o mais rápido possível e que, havendo culpados, sejam punidos.

Lancamento Gama

Encanto
3 e 4 Quartos
107 a 133 m²

SHOW DE MORAR
CONQUISTE O SEU LUGAR

idealle
2 e 3 Quartos
60 a 84 m²

Visite Apartamento Decorado

Lancamento **Aguas Claras**

Ao Lado do Park de Aguas Claras

Riviera Dei Fiori
4 Quartos com 4 Suítes
139 e 168 m²

SRANDAZZO IMÓVEIS
(61) 9202 6870

Brookfield Imobiliária

MB Engenharia Construção



André Dusek

A demolição

O repórter-fotográfico André Dusek, que atua no jornal Estadão, mostra, neste ensaio, o dia exato em que o prédio do Sindicato dos Jornalistas

do DF no Setor Gráfico foi demolido para dar lugar a um moderno edifício em regime de permuta com a Brasal Incorporações. Essa história

nós estamos escrevendo com som, imagens e texto. O *NR* agradece a colaboração e a participação do colega Dusek nesse registro histórico.

